

GILBERTO VIEIRA, PRESIDENTE DAS CASAS AÇORIANAS

POTRAA não traz grandes avanços ao Turismo em Espaço Rural



GILBERTO VIEIRA "Aplicarmos uma taxa [turística] agora era andarmos em contramão num mercado concorrencial"

O Plano de Ordenamento Turístico da Região (POTRAA) está em revisão, mas segundo Gilberto Vieira, das Casas Açorianas, não há no novo documento uma aposta clara no Turismo em Espaço Rural.

Quais são as perspetivas do Turismo em Espaço Rural para este ano? Há sinais de retoma do setor para os níveis pré-pandemia?

Há, de facto, sinais positivos nesse sentido. As perspetivas parecem boas, com base em consultas e reservas, mas novas nuvens surgem no horizonte, a juntar à devastadora pandemia da covid-19. É que, se a pandemia causou uma retração global sem precedentes recentes na opção de viajar, fosse para onde fosse, e essa preocupação mantém-se, acrescem novos fatores - essencialmente a guerra provocada pela invasão da Rússia à Ucrânia -, que, para lá da tragédia mais ou menos localizada, implica aumentos de custo de vida a nível mundial e, logo, menos disponibilidade financeira para férias ou outras deslocações. Como costume citar, "até ao lavar dos cestos é vindima" e a atividade turística está cada vez mais inconstante, vulnerável e em mutação acelerada, por estas e outras razões. No meio disto tudo, a nossa convicção é de que o turismo rural e de natureza

continua a ser o principal baluarte da afirmação do destino Açores e, como tal, deve ser reconhecido e acarinhado.

As rotas já anunciadas para os Açores e a promoção que está a ser feita do destino satisfaz a associação Casas Açorianas?

Tudo que se faça neste sentido é bom, à partida, mas há que dedicar mais atenção, interesse e imaginação, porque a oferta disparou nos últimos anos e temos que contar com a agressividade dos outros destinos. A matéria-prima apelativa nós temos; preciso é divulgá-la, com eficácia e entusiasmo. E, nesse processo, é essencial que se olhe para todas as ilhas do arquipélago, encontrando formas de promover o manancial de interesse que todas e cada uma, por si, ostentam.

O secretário regional dos Transportes assegurou, recentemente, que a SATA não registou uma quebra de procura pelas ilhas sem 'gateway', apesar do fim dos encaminhamentos. Os empresários das ilhas mais pequenas estão, ainda assim, preocupados?

A afirmação é de quem a faz. Quero crer que sim. No entanto, pelo que ouço manifestar, embora mais nalgumas ilhas do que noutras, existe preocupação, desconfiança, insegurança quanto a essa conclusão da tutela. Seria, talvez, importante esclarecer isso com dados concretos, caso a caso, não manipulados.

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) foi já aprovado em Conselho de Governo. Que apreciação faz deste documento? Vai de encontro às necessidades do Turismo em Espaço Rural?

Gostaria de começar por dizer que o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA), que conhecemos recentemente, é um documento extenso e muito técnico, que merece da parte das Casas Açorianas uma leitura mais detalhada e estudada. O POTRAA vai tornar-se uma "bíblia" para os investimentos que venham a fazer-se nos Açores, traçando as normas para a implementação de um alojamento turístico na perspetiva de tornar o destino sustentável. Isso parece-me muito positivo, mas algumas das restrições impostas, quando levadas com demasiado rigor por quem vai ter a função de fiscalizar a implementação do investimento no terreno, poderão ser uma "dor de cabeça" para o empreendedor, pelo que a regulamentação deste decreto terá de ser feita muito criteriosamente. Uma das situações que pode vir a ser complicada no futuro, no que diz respeito a alojamentos como os dos associados das Casas Açorianas, tem a ver com a obrigatoriedade de terem equipamentos de lazer, dado que isso pode mexer com a rentabilidade do empreendimento. Por outro lado, falta definir qual o tipo de equipamentos, já que o articulado não o define. No que se refere aos quantitativos, chamados no POTRAA de "valores de referência para cada ilha", aqui se englobando a localização e a dimensão dos empreendimentos, penso que o alojamento rural ou local, como lhe quisermos chamar, não deveria estar mencionado no documento. Todos sabemos que, pela sua especificidade e características, este é e sempre será, um alojamento de pequena dimensão. O Turismo em Espaço Rural é o setor que se enquadra em pleno com um destino de Turismo de Natureza e as questões ambientais são cada vez mais debatidas não só pelos profissionais em turismo, como pelos turistas e a população em geral, que hoje em dia têm uma maior consciência e preocupação com o meio em que vivem, por forma a preservá-lo para si e para as gerações futuras. Com isto, a responsabilidade para com o meio envolvente é algo que se tem acentuado ao longo destes últimos anos e que, associado a um estilo de vida stressante, e muito ligado à vida urbana, levou a aumentos turísticos para os espaços rurais, não só a nível mundial, como também a nível nacional e regional. O Turismo em Espaço Rural é um produto completo e diversificado, distinguindo-se dos outros pelo seu caráter ligado à natureza, aos valores, àquilo que é genuíno e autêntico, trazendo turistas ao meio ambiente de forma não prejudicial, fazendo-os desfrutar de uma estadia agradável longe da rotina e do stress do quotidiano. Por ser considerada uma modalidade de turismo muito diversificada e fragmentada, onde existem dezenas de pequenas unidades por todas as ilhas dos Açores, existem questões relevantes para as diferentes ilhas: enquanto que uma ilha pode definir como turismo em espaço rural todo o espaço da casa e da natureza envolvente, outra pode considerar as atividades económicas localizadas fora das áreas urbanas. Na proposta em questão não se vislumbram avanços significativos para o Turismo em Espaço Rural, bem como uma aposta clara nesta tipologia

de alojamento, e de modo transversal, julgamos ser premente a definição clara de uma política específica para o Turismo em Espaço Rural nos Açores. Mas termino como comecei: este é um documento estruturante para a atividade turística e num futuro próximo as Casas Açorianas terão algo mais técnico a dizer sobre o POTRAA.

Os municípios das ilhas Terceira e São Miguel admitem aplicar uma taxa turística a partir de 2023. O secretário regional do Turismo já disse, no entanto, que é prematuro avançar com esta medida. Qual é a sua opinião?

Nesta parte de recuperação, defendemos que não, por encarecer o produto, entre outras razões práticas. Não faz sentido, até porque a taxa existia nalguns sítios que a retiraram temporariamente, para se recuperar mais rapidamente. Aplicarmos uma taxa agora era andarmos em contramão num mercado concorrencial. Teremos tempo para reavaliar esse processo. A haver uma taxa deveria ser em todas as ilhas, porque senão verificar-se-á desigualdades. É outra questão a analisar, em devido tempo. Mas aproveito para lembrar que, seja qual for a opção, vai sobrecarregar o setor privado com mais uma tarefa não remunerada. A taxa, a existir, deveria ser cobrada à entrada dos turistas nos portos e nos aeroportos. A gestão dessa taxa deve ser feita com o sector público e privado, tendo como base o princípio que esse dinheiro deverá ser investido, essencialmente, na manutenção e sustentabilidade do produto singular que temos para oferecer. E na sua divulgação também, claro. Se me dá licença, aproveito este momento para manifestar a total solidariedade das Casas Açorianas para com a população de São Jorge e com os nossos associados naquela ilha, que vivem momentos de extrema preocupação, pelas razões que todos sabemos, a par da nossa disponibilidade para colaborar em tudo que possamos e seja solicitado.

CLÁUDIA CARDOSO "Encontro abordou temáticas conexas com a alimentação"

Entrevista Visualizações: 12 Comentários: 0 31.MAR.2022
